

Este número da *Nação e Defesa* é dedicado à “Segurança no Mediterrâneo”. A temática tem merecido a maior atenção ao nível da investigação por parte do Instituto da Defesa Nacional. Recorde-se não só a criação do Grupo de Estudos Norte de África e Médio Oriente, mas também a participação do IDN no âmbito da Iniciativa 5+5, através do Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos, onde foi publicado um relatório conjunto sobre o impacto das migrações na segurança do Mediterrâneo, estando em curso outro estudo sobre os fundamentos de uma estratégia mediterrânica de segurança.

Estes são contributos que visam apoiar o processo de decisão e que podem favorecer as condições de segurança no Mediterrâneo ocidental. De resto, Portugal terá em 2013 a presidência da Iniciativa.

As nossas atenções têm estado muito justamente viradas para o Norte de África e Médio Oriente. Nunca é demais sublinhar o carácter inovador, jovem e plural das movimentações sociais de contestação aos regimes autoritários da região, iniciadas há quase dois anos. Pela primeira vez, assistimos a movimentos de contestação sem os *slogans* antiocidentais que marcaram os movimentos revolucionários do passado. Trata-se de movimentos com motivações de mudança política interna, relacionadas com expectativas de desenvolvimento humano e de liberdade de expressão. E isso representou, como bem tem sido dito, uma grande derrota da *Al Qaeda* e das lógicas terroristas.

Mas a natureza dos partidos islamitas que ganham terreno na região é ainda uma incógnita: serão movimentos radicais, como o islamismo iraniano, ou serão movimentos pragmáticos, na linha do islamismo democrático turco de Erdogan? E há outras questões não menos relevantes que nos interpelam. Que papel poderão ter os movimentos herdeiros dos regimes autoritários? Como se conseguirão afirmar institucionalmente movimentos de liberdade e democracia que surgiram através das novas tecnologias da informação?

De facto, falar em “Primaveras Árabes” para descrever o que se está a passar no Norte de África e no Médio Oriente, como se se tratasse claramente de uma nova vaga democrática, parece neste momento algo precipitado, tal é a diversidade de situações políticas e de condições institucionais, sociais e económicas que testemunhamos na Tunísia, no Egito, na Líbia e na Síria.

Aliás, as condições de partida na região são manifestamente desfavoráveis ao sucesso da democracia, se comparadas com experiências transatadas noutras regiões do mundo, sendo que as próprias condições externas também não são as mais favoráveis.

Os índices de desenvolvimento económico e as desigualdades sociais deixam muito a desejar. A capacidade institucional dos Estados e os conflitos étnicos pairam como um espectro negativo. A história de pluralismo é nula ou limitada. E o consenso entre elites políticas e militares não parece estar nos mínimos exigidos pelas teorias e pelas experiências da democratização.

Relativamente à envolvente externa, parece-nos inegável que, em virtude da maior crise económica das últimas décadas, o modelo democrático ocidental está a deixar de ser visto pelo mundo como sinónimo de desenvolvimento. A isso acresce o facto de o conflito israelo-árabe continuar a atuar como fator condicionador da mudança. Sem se resolver o conflito israelo-árabe dificilmente se resolverão os restantes problemas, sendo para isso incontornável que se retomem as conversações diretas e o diálogo.

Isto é algo que é do maior interesse estratégico para a Europa e para os Estados Unidos. É que a cooperação e o desenvolvimento funcionam nos dois sentidos. A disponibilidade dos novos regimes e movimentos da região para ouvirem e cooperarem com as democracias ocidentais dependerá também de uma perceção de justiça no posicionamento europeu e americano em relação ao conflito israelo-palestiniano.

A aposta na promoção da democracia, no desenvolvimento e nos direitos humanos aparece, em suma, como uma aposta estratégica em termos de segurança e defesa, pois o sucesso do diálogo das civilizações e a melhoria das condições de segurança no mundo dependerá muito da consolidação e da expansão global dos valores do diálogo, da liberdade e do direito à dignidade. Valores e instituições que são muito mais universais do que por vezes se quer fazer crer, como ainda recentemente lembrava, a 26 de Abril no IDN, o Dr. Jorge Sampaio, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, num seminário subordinado ao tema “As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo”.

Portugal, país europeu de vocação atlântica, tem responsabilidades no Mediterrâneo. Vizinho regional, com fortes laços económicos a alguns países do Magrebe, Portugal é um dos poucos países europeus com estatuto de observador junto da Liga Árabe. Um país empenhado na ideia de União para o Mediterrâneo e na Iniciativa 5+5 que, desde 2004, tem na Segurança e na Defesa uma dimensão importante de cooperação.

O presente número temático da *Nação e Defesa* aponta nalguns dos seus artigos muitos dos desafios com que se confrontam os Estados da margem norte e sul do Mediterrâneo, sem esquecer a crescente influência da Turquia e o papel de Israel.

A secção de extra-dossiê inclui a visão da diplomacia francesa para uma segurança sustentável, bem como uma análise valorativa sobre o papel da língua portuguesa na CPLP e na sociedade global. O último artigo faz uma incursão sobre a importância estratégica do Atlântico Sul, advogando o valor que Portugal pode ter daqui a algumas décadas, se a língua portuguesa se tornar um instrumento do diálogo político, económico e estratégico, no Atlântico Sul, tal como a língua inglesa o foi, nos dois últimos séculos, no Atlântico Norte.

Vítor Rodrigues Viana